



CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE 2023

Contabilista Certificado,

Olivia Raquel Dias Correia

A Direção,

Joaquim Américo Américo

Joaquim Manuel Fernandes S. S. S.

António José Ferreira de Faria S.

João Gonçalves Lúcio

João dos Santos Barroso

Demonstração dos Resultados por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2023

Instituição: 20004198885 - CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA

Número RS/Atividades agregadas: 2

Mapa A. Demonstração dos resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		413.824,68	434.557,59
Subsídios, doações e legados à exploração		502.803,66	491.993,60
Subsídios de entidades públicas		452.452,89	431.813,37
ISS, IP – Centros Distritais		431.452,89	410.581,37
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	1.232,00
Outras entidades públicas		21.000,00	20.000,00
Subsídios de outras entidades		5.068,24	11.495,88
Doações heranças e legados		45.282,53	48.684,35
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-39.022,63	-39.266,43
Fornecimentos e serviços externos		-326.438,34	-285.486,41
Gastos com pessoal		-534.813,07	-471.890,58
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		32.593,87	10.748,52
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos		32.593,87	10.748,52
Outros gastos		-6.668,83	-5.314,84
Correções relativas a anos anteriores		0,00	-1.970,29
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	-1.970,29
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos		-6.668,83	-3.344,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		42.279,34	135.341,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-16.031,23	-19.114,61
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26.248,11	116.226,84
Juros e rendimentos similares obtidos		1.028,82	118,59
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		27.276,93	116.345,43
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		27.276,93	116.345,43

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2023

Instituição: 20004198885 - CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		698.426,97	714.458,20
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		4.915,85	4.728,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		703.342,82	719.186,58
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		90.102,07	50.046,27
Estado e outros entes públicos		4.706,88	1.526,18
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		3.258,57	5.698,49
Outros ativos correntes		5.919,34	500,00
Caixa e depósitos bancários		681.718,12	670.955,89
		785.704,98	728.726,83
Total do Ativo		1.489.047,80	1.447.913,41
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		140.000,00	140.000,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		823.362,72	707.017,29
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		385.612,71	385.612,71
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Doações		385.612,71	385.612,71
Outras variações		0,00	0,00
		1.348.975,43	1.232.630,00
Resultado líquido do período		27.276,93	116.345,43
Total dos fundos patrimoniais		1.376.252,36	1.348.975,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2023

Instituição: 20004198885 - CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Passivo corrente			
Fornecedores		25.107,03	17.708,59
Estado e outros entes públicos		16.323,91	12.012,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		71.364,50	69.216,91
		112.795,44	98.937,98
Total do Passivo		112.795,44	98.937,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.489.047,80	1.447.913,41

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Mapa C)

Ano das contas: 2023

Instituição: 20004198885 - CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA

Mapa C. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		541.270,11	514.264,92
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-373.226,90	-326.540,30
Pagamentos ao pessoal		-366.116,14	-322.000,50
Caixa gerada pelas operações		-198.072,93	-134.275,88
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		200.625,78	250.526,82
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.552,85	116.250,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.028,82	118,59
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		7.180,56	11.150,20
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		8.209,38	11.268,79
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10.762,23	127.519,73
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		670.955,89	543.436,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		681.718,12	670.955,89

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA



Anexo
Demonstrações Financeiras

2023

Índice

1. Identificação da Entidade.....	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3 .Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	4
3.1 Bases de Apresentação	4
3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)	4
3.1.2 Continuidade	4
3.1.3 Compreensibilidade.....	4
3.1.4 Relevância.....	5
3.1.5 Materialidade	5
3.1.6 Fiabilidade.....	5
3.1.7 Representação Fidedigna	5
3.1.8 Substância sobre a forma.....	5
3.1.9 Neutralidade.....	5
3.1.10 Prudência.....	6
3.1.12. Comparabilidade	6
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
3.2.1 Fluxos de Caixa.....	6
3.2.2 Ativos Intangíveis	7
3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis	7
3.2.4 Investimentos financeiros	8
3.2.5 Inventários	9
3.2.6 Instrumentos Financeiros.....	9
3.2.7. Fundos Patrimoniais	10
3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos	10
4. Ativos Fixos Tangíveis	11
5. Ativos Intangíveis.....	12
6. Inventários	12
7. Rédito.....	13
8 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	13
9 Benefícios dos empregados.....	13

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
11. Outras Informações	14
11.1 Investimentos Financeiros	14
11.2 Créditos a Receber	15
11.3 Outros Ativos Correntes.....	15
11.4 Diferimentos	15
11.5 Caixa e Depósitos Bancários	16
11.6 Fundos Patrimoniais.....	16
11.7 Fornecedores	16
11.8 Estado e Outros Entes Públicos	16
11.9 Outros Passivos Correntes	17
11.10 Subsídios, doações e legados à exploração	17
11.11 Fornecimentos e serviços externos	17
11.12 Outros rendimentos.....	18
11.13 Outros gastos	18
11.14 Resultados Financeiros	18
11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	18
11.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	19

1. Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", com estatutos publicados no Diário da República n.º 295, Série III, com a sua sede na Rua Padre Joaquim Amorim, n.º 48, Touguinha Vila do Conde.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, cooperando com os serviços públicos competentes ou com as Instituições Particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
- Sempre que tal se justifique, e seja possível, a ação do Centro estender-se-á aos habitantes das paróquias vizinhas,

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) — Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) — Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL- Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).



3 .Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam, contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.



3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras, Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável, Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados,

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo, neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras, contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11. Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12. Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, o custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho — O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT

determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido,

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das



Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas,

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2022	Adições	Abate	Transferência	*31-12-2023
Terrenos	131.804,66				131.804,66
Edifícios	713.248,99				713.248,99
Equipamento Básico	218.789,26				218.789,26
Equipamento de Transporte	28.431,82				28.431,82
Equipamento Administrativo	4.947,62				4.947,62
Equipamento Informático	19.322,90				19.322,90
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.262,91				2.262,91
Ativo Tangível Bruto	1.118.808,16	0,00	0,00	0,00	1.118.808,16
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	137.403,10	14.264,99			151.668,09
Equipamento Básico	215.201,23	672,08			215.873,31
Equipamento de Transporte	26.911,86	126,68			27.038,54
Equipamento Administrativo/ Informático	22.850,63	790,76			23.641,40
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.983,14	176,72			2.159,86
Depreciações Acumuladas	404.349,96	16.031,23	0,00	0,00	404.349,96
Ativo Tangível Líquido	714.458,20	0,00	0,00	0,00	714.458,20



5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2022	Adições	Abate	Transferência	31-12-2023
Programas de computador	5.979,95	0,00	0,00	0,00	5.979,95
Ativo Intangível Bruto	5.979,95	0,00	0,00	0,00	5.979,95
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	5.979,95	0,00	0,00	0,00	5.979,95
Depreciações Acumuladas	5.979,95	0,00	0,00	0,00	5.979,95
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo							
Total							
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							

A instituição não apresenta inventário de géneros alimentares, uma vez que as refeições são fornecidas por uma empresa de catering, registadas na conta 621-Subcontratos.



7. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	413.824,68	434.557,59
Outros Réditos		
Juros	1.028,82	118,59
Total	414.853,50	434.676,18

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2023			31-12-2022		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	431.452,89	0,00	0,00	410.581,37
ISS, IP — Medidas Apoio COVID-19	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.232,00
ISS, IP -Adaptar Social+	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C M Vila do Conde	Não reembolsável	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	20.000,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	5.068,24	0,00	0,00	11.495,88
Total				457.520,13			443.309,25

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos Diretivos, mantiveram-se os órgãos nomeados para o quadriénio 2023-2026, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente — Pe. Joaquim Moreira Amorim;

Vice-presidente —Joaquim Manuel Ferreira de Sousa;

Tesoureiro — José dos Santos Barroso;

12 Secretário —Arminda Maria Ferreira de Faria Sá;

22 Secretário —João Gonçalves Eusébio;

Conselho Fiscal

Presidente — Fernando Henrique Ferreira Fontes;

Secretário — Maria Clemência Vieira Marques;

Vogal — José Sá Fonseca.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foram de "33" e em 31/12/2023 foram de "32".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	431.413,17	382.569,75
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	91.639,42	80.539,72
Seguros de Acid. Trabalho e Doenças Profissionais	10.639,46	8.077,06
Outros Gastos com o Pessoal	1.121,02	704,05
Total	534.813,07	471.890,58

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210 do Código Contributivo, publicado pela Lei n.2 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social de encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo de compensação do Trabalho	4.915,85	4.728,38
Total	4.915,85	4.728,38

11.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Créditos a receber" apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	90.102,07	50.046,27
Total	90.102,07	50.046,27

11.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Entidades do Setor Público Administrativo	0,00	0,00
ISS,IP		
Outros Devedores	0,00	500,00
Total	0,00	500,00

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.876,63	5.316,55
Outras despesas	381,94	381,94
Total	3.258,57	5.698,49
Rendimentos a Reconhecer		
Prestação serviços vitalícios	0,00	0,00
Matrículas e mensalidades de utentes	5.919,34	0,00
Total	5.919,34	0,00

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023, de 2022 e 2021, de 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022	2021	2020
Caixa	913,22	2.816,38	2.815,01	3.204,15
Depósitos à ordem	259.157,66	247.521,09	120.121,32	127.211,36
Depósitos a prazo	421.647,24	420.618,42	420.499,83	420.499,83
Total	681.178,12	670.955,89	543.436,16	550.915,34

11.6 Fundos Patrimoniais

Na rubrica "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00
Resultados transitados	707.017,29	116.345,43	0,00	823.362,72
Outras variações nos fundos patrimoniais	385.612,71	0,00	0,00	385.612,71
Total	1.232.630,00	116.345,43	0,00	1.348.975,43

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022	2021	2020
Fornecedores c/c	25.107,03	17.708,59	14.645,52	18.465,94
Total	25.107,03	17.708,59	14.645,52	18.465,94

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022	2021	2020
Ativo				
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.706,88	1.526,18	5.639,91	6.207,33
Total	4.706,88	1.526,18	5.639,91	6.207,33
Passivo				
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.620,00	2.181,63	2.913,00	1.146,50
Segurança Social	13.703,91	9.686,00	13.193,92	8.385,22
Fundos Compensação Trabalho	0,00	144,85	164,67	121,71
Total	16.323,91	12.012,48	16.271,59	9.653,43

11.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Entidades Setor Publico Administrativo — ISS (dotação a repor)	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	71.364,50	0,00	69.216,91
Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	71.364,50	0,00	62.216,91

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023, 2022, 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022	2021	2020
Subsídios das Entidades Públicas	457.521,13	441.338,96	398.449,66	346.588,74
Doações e heranças — Donativos	45.282,53	48.684,35	59.385,34	52.979,61
Total	502.803,66	490.023,31	457.835,00	399.568,35

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023, de 2022, de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022	2021	2020
Subcontratos	112.270,76	97.410,32	98.079,22	136.754,22
Serviços especializados	38.695,71	44.257,30	30.240,01	39.803,49
Materiais	81.075,61	70.662,56	84.140,83	14.097,67
Energia e fluidos	60.110,56	47.616,87	36.519,43	34.767,89
Deslocações, estadas e transportes	339,34	160,45	245,56	0,00
Serviços diversos	33.946,46	25.378,91	21.879,05	61.349,69
Encargos com utentes	0,00	0,00	0,00	203,05
Total	326.438,34	285.486,41	271.104,10	286.976,01

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022	2021	2020
Outros Rendimentos	32.593,87	10.748,52	12.723,58	12.723,58
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	10.250,00	10.153,50	9.900,00	10.300,00
Outros	529,61	595,02	185,98	2.423,58
Juros e Rendimentos Similares	0,00	0,00	0,00	982,00
Juros obtidos	0,00	0,00	0,00	982,00
Total	32.593,87	10.748,52	10.085,98	13.705,58

11.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022	2021	2020
Impostos	6.272,83	2.903,29	3.039,18	10.351,95
Outros	396,00	441,26	13.948,68	579,37
Total	6.668,83	3.344,55	16.987,86	10.931,32

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023, 2022, 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022	2021	2020
Juros e gastos similares suportados				
Juros suportados	0,00	0,00	0,00	0,01
Total	0,00	0,00	0,00	0,01
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros obtidos	1.028,82	118,59	0,00	982,00
Total	1.028,82	118,59	0,00	982,00
Resultados Financeiros	1.028,82	118,59	0,00	981,99

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social durante o ano 2023 foi o seguinte:

Creche — 41 utentes;

Lar Idosos — 43 utentes.



11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila do Conde, 14 de março de 2024
O Contabilista Certificado

A Direção

Raquel Dias Correia

Joaquim Inácio Amorim
Jorge Manuel Faria da Silva
António José Ferreira de Faria
João Gonçalves Escó
João das Santos Barros



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da/o Centro Social e Paroquial da Paróquia de Touguinha ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2020 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <https://www.csptouguinha.com/>; em 28/05/2024.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2021 a entidade (selecionar a opção aplicável):

- ☐ Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- ☐ Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- ☒ Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- ☐ A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Os órgãos de administração:

João Maria Pereira

João Manuel Louro de Sousa

Américo João Ferreira de Faria Jr

João Gonçalves Eusebio

Yuri dos Santos Barreira



TRABALHO VOLUNTÁRIO PRESTADO NO EXERCÍCIO DE 2023

Funções desempenhadas	Número de pessoas	Total de horas

Ata nº43
Parecer do Conselho Fiscal
Exercício de 2023

Dando cumprimento ao disposto nos Estatutos da Instituição vem o conselho fiscal dar o seu parecer sobre as contas do exercício de dois mil e vinte e três do Centro Social da Paróquia de Touguinha.

No desempenho das suas funções, o conselho fiscal acompanhou ao longo do exercício a atividade da Instituição, através dos contactos que regularmente mantém com a Direção.

Analisados as contas do exercício de dois mil e vinte e três verificou-se que as mesmas são claras e detalhadas evidenciando os aspetos mais significativos ocorrentes durante o ano.

Face ao exposto o conselho Fiscal é de parecer favorável que se aprova as contas do exercício findo a trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e três.

Touguinha, 22 de março de 2024.

Conselho Fiscal,

Presidente: Amândio Henrique Faria

Vogal: Maria Celestina Veiros Marques

Vogal José de Sá Correia

Ata Nº 104

Aos dias vinte e dois de Março de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniram-se a Direcção do Centro Social da Paróquia de Targuinha por convocatória do seu presidente Joaquim Moreira Amorim, com a seguinte ordem de trabalhos e única ordem: Aprovação e apreciação do relatório de contas do ano anterior, exercício de dois mil e vinte três.

Após análise das contas do exercício de dois mil e vinte três, a Direcção verificou que as mesmas exprimem com clareza a situação da instituição e decidiu-se por unanimidade a aprovação das mesmas, sendo as contas também enviadas para o conselho fiscal para que estes possam fazer a sua apreciação e dar o seu parecer.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os membros presentes.

O presidente - Joaquim Moreira Amorim

O vice-presidente - Joaquim Manuel Figueira Sousa

1ª Secretária - Amélia Ilari Sousa da Faria Sá

2ª Secretária - João Gonçalves Eusebio

O Tesoureiro - João António Barros